

## **Concordância nominal e verbal em Belo Horizonte: análise comparativa das variáveis saliência fônica e escolaridade**

Ludmila Reis Pinheiro

Nicolle Veronick Moreira de Faria

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

[ludmilarpletras@hotmail.com](mailto:ludmilarpletras@hotmail.com)

[nveronick@gmail.com](mailto:nveronick@gmail.com)

**RESUMO:** O trabalho realiza uma análise comparativa das variáveis saliência fônica e escolaridade, utilizando as pesquisas de Pinheiro (2012) e de Faria (2008), que analisam, respectivamente, a concordância nominal e verbal em Belo Horizonte. Conclui-se, com base na sociolinguística laboviana, que, nos dois tipos de concordância, o princípio da saliência fônica não se aplica e o nível de escolaridade superior favorece-as.

**PALAVRAS-CHAVE:** Concordância nominal; Concordância verbal; Saliência fônica; Escolaridade; Variação linguística.

**ABSTRACT:** This work is intended to deal with the comparative analyses of two variables (phonic salience and schooling) by using researches from Pinheiro (2012) and Faria (2008), who analyze the nominal and verbal agreement in Belo Horizonte, respectively. Based on Labovian Sociolinguistics, it is possible to conclude that in both types of agreement, the principle of phonic salience is not applicable and the level of higher education favors it.

**KEY-WORDS:** Nominal agreement; Verbal agreement; Phonic salience; Schooling; Linguistic variation.

### **1 INTRODUÇÃO**

A composição linguística do Brasil deu-se em termos de multiplicidade de línguas e união de raças. Ao longo dos 500 anos de história, existiram centenas de línguas faladas por indígenas, dezenas de línguas faladas por imigrantes e também as línguas faladas por africanos. Assim, “a história de implantação do português no Brasil foi uma história de multilinguismo”. (ILARI; BASSO, 2006, p. 60). Esse multilinguismo não deixou de influenciar inclusive os fenômenos de concordância nominal e verbal no português brasileiro.

No primeiro capítulo do livro de Bortoni-Ricardo (2005), denominado *Heterogeneidade lingüística e ensino da língua – o paradoxo da escola*, a autora cita Paulo Freire, que defendia que as professoras não deveriam criticar ou reprimir alunos

que falassem coisas do tipo “nós chegemu”; “nós foi, nós vai!”; “as menina bonita!”; “nós é quatro irmão...”. E ainda hoje, muitos tratam essas formas tão usuais de concordância verbal e nominal, no português falado no Brasil, de forma negativa e jocosa.

Isso nos leva a refletir sobre a importância de se estudar a concordância nominal e verbal na língua portuguesa. Como se não existisse o fenômeno da variabilidade linguística, é muito comum em nosso cotidiano de professores - e não especificamente os de português - observar na escola nossos colegas “corrigindo” alunos, alunos “corrigindo” seus colegas, ou até mesmo seus professores, pelo modo como utilizam determinadas variantes linguísticas (FARIA, 2008, p. 16).

Bortoni-Ricardo, ainda no primeiro capítulo, comenta que:

O prestígio do português culto, padronizado nas gramáticas e dicionários e cultivado na literatura e nos diversos domínios institucionais da sociedade, não se restringe, como seria de se esperar, aos grupos de seus usuários; ao contrário, perpassa todos os segmentos sociais. Varia apenas a sua manifestação, em função do acesso diferenciado que esses grupos têm às normas que funcionam como um quadro referencial da correção e propriedade linguística. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 13-14).

Tendo em vista essas questões, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise comparativa dos comportamentos de duas variáveis linguísticas - a *saliência fônica* e a *escolaridade* - que apresentaram comportamentos semelhantes nas análises de duas dissertações de mestrado distintas: a de Faria (2008), que tratou da concordância verbal de terceira pessoa (CV) no português de Belo Horizonte, e a de Pinheiro (2012), que tratou da concordância nominal de número (CN), na mesma localidade.

Quando se realiza uma pesquisa de caráter sociolinguístico, faz-se necessária a observação dos aspectos sociais e linguísticos da comunidade de fala analisada, para explicar o comportamento de suas variáveis linguísticas. Desse modo, serão analisados os fatores estruturais e não estruturais que foram considerados relevantes nas análises de Faria (2008) e Pinheiro (2012), sendo eles: a *saliência fônica* (fator estrutural) e a *escolaridade* (fator não estrutural).

Para a análise quantitativa, as autoras realizaram entrevistas que foram transcritas na sequência. Ambas utilizaram o programa computacional *Goldvarb 2001*,

que fornece o cálculo de uma análise multivariada<sup>1</sup> através dos TOKENS, podendo-se testar, combinar ou eliminar fatores ou grupos de fatores.

### **1.1 A concordância nominal e verbal de número no português: variável dependente**

Scherre (1988, p. 88) aponta que o fenômeno da concordância é abordado pela tradição gramatical brasileira como sendo de natureza obrigatória, com base implícita ou explícita, na escrita ou na fala de pessoas cultas num registro formal ou coloquial tenso. Por consequência, a ausência de concordância é considerada um erro, sendo estigmatizada e, por isso, desde os primeiros anos de escolarização a criança é exposta a exercícios de “passar para o plural”.

Silveira (1964) afirma que, em estudos do português arcaico, a ausência de concordância entre sujeito e predicado ocorria com frequência:

A língua moderna, sobretudo na sua modalidade popular, revela vestígios dessa antiga arbitrariedade, principalmente quando o sujeito de plural vem depois do predicado tendem estes a ficar no singular como se, empregando primeiro o predicado, a pessoa que fala o deixasse no singular por ainda não ter pensado em que número vai dizer o respectivo sujeito. (SILVEIRA, 1964, p. 218).

No Brasil, os estudos sobre a variação na CV iniciam-se com Lemle & Naro (1977), no Rio de Janeiro. Esses estudos, referentes ao projeto Competências Básicas do Português, basearam-se na fala de 20 cariocas semiescolarizados que, na época, frequentavam o curso de alfabetização de adultos.

O trabalho pioneiro sobre a CN foi o de Braga & Scherre (1976), que analisaram dados de sete falantes, residentes no Rio de Janeiro, mas de classes sociais e origens geográficas distintas. As autoras inauguraram, nos estudos do tema, a variável saliência fônica.

---

<sup>1</sup> Os valores de cada fator não são calculados isoladamente, mas sempre em relação a outro grupo. E, cada sequência de dados (ou cada fator) é chamada de TOKENS.

## 1.2 Saliência Fônica nos estudos da concordância de número nominal e verbal

A variável saliência fônica é uma “variável de natureza fonológica e morfológica” (BARDEN, 2005). Ela é importante para análises dos fenômenos de CN e CV na língua portuguesa.

No que diz respeito à CN de número, Scherre (1988, p. 64) define o Princípio da Saliência Fônica como aquele que “consiste em estabelecer que as formas mais salientes, e por isto mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas do que as menos perceptíveis.”

De acordo com a Lei do Menor Esforço, ou seja, “a tendência à redução da atividade física e mental (a lei do menor esforço, de Zipf), que leva à eliminação das diferenças” (CUNHA, 2001, p. 09), conseguiríamos explicar melhor o fenômeno do cancelamento de marcas no SN.

Scherre (1988) trabalha com a formação de seis plurais: plural duplo, itens terminados em -l, itens terminados em -ão, itens terminados em -R, itens terminados em -S e o plural regular. Os resultados obtidos em sua pesquisa indicam que as formas com maior diferenciação material fônica, ou seja, as formas mais complexas (ovo/óvos, leitão/leitões, casal/casais) tendem a ser mais marcadas do que as formas que apresentam menor diferenciação (coisa/coisas, carioca/cariocas). Pinheiro (2012), baseando-se na escala estabelecida por Scherre (1988) e, tendo em vista a variável saliência fônica, partiu da hipótese de que formas mais salientes são mais marcadas que as menos salientes<sup>2</sup>.

Para Lemle & Naro (1977), a frequência de aplicação da regra de CV nas formas de terceira pessoa do plural é diretamente proporcional ao grau de saliência fônica estabelecido na oposição entre essas formas e a terceira pessoa do plural. Segundo os autores, pelo Princípio da Saliência Fônica, a ausência de concordância é mais frequente quando as formas singular/plural são foneticamente menos nítidas.

Ao citar Peixoto (1968), Naro & Scherre (2004) explicitam inicialmente a perda de nasalidade em ambientes onde se preserva a marca explícita de plural, produzindo formas como *eles comero*, *eles amo*, *eles irio*, *eles punho*, *eles come*, *eles dorme*. Mostram, ao citar Silva Pereira (1951), que na terceira pessoa do plural dos verbos, -am

---

<sup>2</sup> Mais detalhes em Pinheiro (2012, p. 144).

soa sempre u, como em *fizeru* (*fizeram*), *canto* (*cantam*), etc. Por último, citando Mira, Naro e Scherre (2004), afirmam que as formas verbais de terceira pessoa do plural, terminadas em vogal nasal [ *ẽ̃* ] desnasalizam-se, principalmente nos verbos de terceira conjugação, como em *eles ouve* (*m*), *eles sacode* (*m*).

Faria (2008) utilizou categorização semelhante à de Nicolau (1984)<sup>3</sup>, que mostrou que o fenômeno da CV de terceira pessoa do plural é mais frequente em verbos regulares, ou seja, com saliência fônica baixa como em *fala/falam*; *come/comem*, *faz/fazem* do que em verbos não regulares que apresentam formas bem mais diferenciadas. Normalmente, apresentam formas do pretérito perfeito do indicativo ou são verbos que apresentam terminação acentuada, como em *é/são*; *dá/dão*; *fez/fizeram*.

No entanto, o Princípio da Saliência Fônica, proposto por Lemle & Naro (1977) não foi confirmado no estudo de Nicolau (1984). Portanto, não há evidências de relação entre a ausência de concordância verbal e o grau de saliência fônica que difere as formas verbais de singular e de plural.

### 1.3 Escolaridade

Trabalhos na perspectiva (Labov, 1966; Labov, 1972; Gryner, 1977; Barden, 2005), demonstraram que existe predominância de formas linguísticas padrão entre falantes com índices mais altos de escolaridade (Paiva & Silva, 1998, p. 343).

Gonzales *et al* (2007, p.10) afirmam que a variável escolaridade tem influência considerável sobre as taxas de aplicação de uma gama de fenômenos linguísticos e que esse papel pode estar correlacionado com a função social que a escola exerce, como promotora dos falantes típicos dos setores mais intelectualizados da sociedade.

É o que acontece com os fenômenos de concordância nominal e verbal, como afirma Lucchesi (2012):

Do ponto de vista lingüístico, a diferença mais notável entre a norma culta e a norma popular é a frequência no emprego das regras de concordância nominal e verbal, que é um verdadeiro divisor de águas na realidade lingüística do Brasil. Enquanto uma pessoa escolarizada diz normalmente “meus filhos mais velhos já estão na escola”, uma pessoa sem escolaridade no interior do país diz: “meus filho mais velho já está na escola”. (LUCCHESI, 2012, p. 33).

---

<sup>3</sup> Mais detalhes em Faria (2008, p. 64).

Dessa forma, o cancelamento de marcas formais no SN e no SV é visto como fora das normas escolares e tido como algo “errado”.

## 2 ANÁLISE DOS DADOS

Para o fenômeno da CN, Pinheiro (2012) extraiu 4.181 dados das entrevistas, os quais apresentaram um resultado de 18% (781 casos) de cancelamento de marca formal de plural no SN, e 81% (3.400 casos) de presença de marca. Já Faria (2008) extraiu 863 dados da fala de seus informantes, sendo que desses, 65% (566 dados) apresentaram presença de concordância e 34% (297 dados) apresentaram ausência de concordância. Considerando-se as formas de concordância padrão, os valores encontrados para a presença de CV foram de 61% (483 dados) contra 38% (297 dados) de ausência de concordância.

### 2.1 Comportamento da saliência fônica na concordância de número nominal e verbal

De acordo com a hipótese inicial de que as formas mais salientes tendem a ter mais marcas, e as menos salientes tendem a ter menos marcas, foram obtidos os seguintes resultados:

**Tabela 1: Influência da Saliência Fônica no cancelamento de marcas**

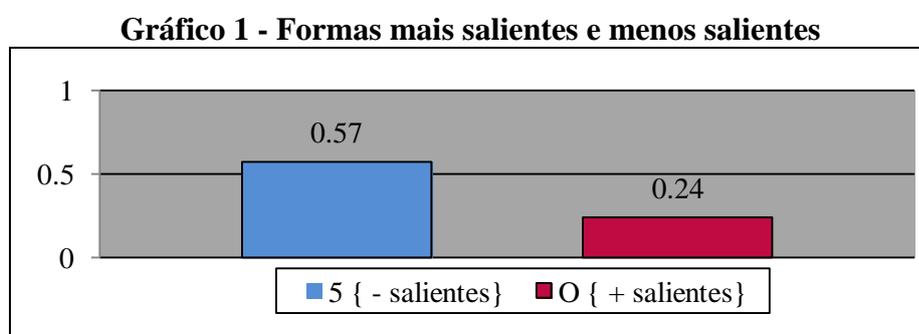
Saliência Fônica	Ocorrências/ Total	% de cancelamento de marcas de plural	PR de cancelamento de marcas de plural
5 Regular	708/3.210	21	.57
Z Duplo	6/30	20	.31
3 Terminado em -r	18/93	19	.29
6 Regular em -ÃO	10/46	21	.37
4 Terminado em -S	19/641	2	.21
2 Terminado em ão (õE)	11/46	23	.26
& Terminado em -L	9/55	16	.47
<b>Total</b>	<b>781/4.181</b>	18	

Fonte: Pinheiro (2012, p.144).

O plural regular, que mais favoreceu o cancelamento das marcas, teve (.57) ponto de probabilidade de ocorrência. Todos os outros tipos de plural se mostraram desfavorecedores da regra de cancelamento. O que acontece é que o plural regular constitui uma forma menos complexa, recebendo menos marcas de plural. Já as formas mais salientes, o plural metafônico, as terminadas em consoantes (-r, -l, -s) e os ditongos (-ão, -õe, -ãe), por se tratarem de formas mais complexas, recebem mais marcas de plural.

Pinheiro (2012) deduz que o Princípio da Saliência Fônica não se aplica, uma vez que o plural não é formalmente marcado justamente onde ele mais precisaria ser indicado, ou seja, nos plurais regulares. Isso porque o plural regular, realizado com menor complexidade, precisaria de algo a mais para se expressar, no caso, a marca formal -s. Pode-se dizer que o cancelamento de marcas no plural regular obedece à Lei do Menor Esforço, porém essa lei não abrange os outros tipos de plural.

A partir desses resultados, conclui-se que existe uma dicotomia entre o plural regular (forma menos complexa) e os demais (formas complexas). E, como se sabe, os regulares são menos salientes que os outros. Assim, a autora recodificou os dados, analisando agora as formas mais e menos salientes:



Fonte: Pinheiro (2012, p. 150).

Observando o gráfico, é possível perceber que a dicotomia entre as formas mais salientes (.24) e menos salientes (.57) é verdadeira. Entretanto, não é porque seriam mais ou menos salientes, mas sim, pelo fato de a variável *processamento paralelo* agir nas formas complexas, e a Lei do Menor Esforço atuar nas formas menos complexas, ou seja, no plural regular.

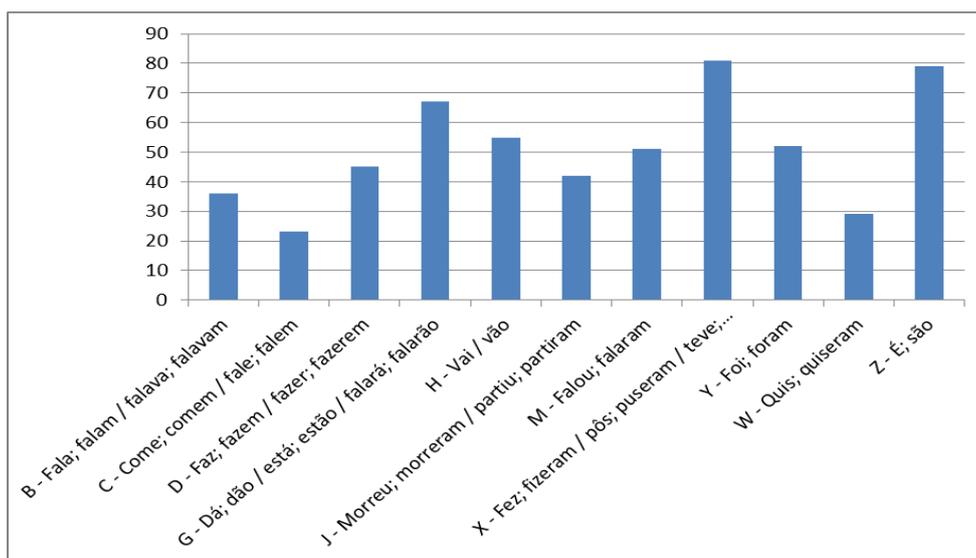
Com isso, embora a hipótese inicial tenha sido confirmada pelos resultados, Pinheiro (2012) acredita que ela não seja o melhor critério para analisar as construções de plural nas palavras do SN. A análise, levando-se em conta o Princípio da Saliência

Fônica, soa um tanto antifuncional, uma vez que seria preciso marcar formalmente o plural onde ele é menos marcado, na primeira posição.

Na análise da CV de número, os valores encontrados por Faria (2008) mostram que o Princípio da Saliência Fônica também não se aplicou, uma vez que as marcas mais salientes nem sempre tiveram menos cancelamento do que as menos salientes.

Esse comportamento contraria Lemle & Naro (1977), que afirmam que a frequência de aplicação da regra de CV nas formas de terceira pessoa do plural é diretamente proporcional ao grau de saliência fônica estabelecido na oposição entre essas formas e a terceira pessoa do plural. Segundo eles, pelo Princípio da Saliência Fônica, a ausência de CV é mais frequente quando as formas singular/plural são foneticamente menos nítidas.

**Gráfico 2: Concordância verbal pela constituição da forma verbal – Níveis de saliência fônica**



Fonte: Faria (2008, p.86).

Analisando esses resultados, foram feitos dois novos agrupamentos dos fatores, propondo-se as seguintes categorizações: a) divisão dos verbos em regulares, pretéritos perfeitos e terminações acentuadas; b) divisão dos fatores em verbos regulares e não regulares; e c) divisão dos verbos pelas marcas padrão e pelas marcas não padrão.

Em relação à primeira categorização, os verbos regulares apresentaram menores chances de concordância (.32), seguidos pelos verbos no pretérito perfeito (.61) e pelos verbos com terminações acentuadas (.68). Esses resultados não fogem ao esperado, pois

Nicolau (1984) e Gonçalves (2007) já mostraram que nos verbos regulares com terminações átonas a concordância é menos frequente em relação às demais formas verbais do pretérito perfeito e às formas com terminação acentuada.

**Tabela 2: Constituição morfológica da forma verbal - Verbos regulares, pretéritos perfeitos e terminações acentuadas**

Constituição morfológica da forma verbal	Ocorrências/ Total	% de presença de concordância verbal	PR de presença de concordância verbal
B - regulares	197/378	52	.32
M - pretéritos perfeitos	214/275	77	.61
Z - terminações acentuadas	155/210	73	.68
<b>Total</b>	<b>566/863</b>	<b>65</b>	

Fonte: Faria (2008, p. 87).

Como esperado, para segunda categorização, os verbos não regulares mostraram-se favorecedores da concordância, com (.64) pontos probabilísticos contra os (.32) pontos dos verbos regulares que não a favoreceram.

**Tabela 3: Constituição morfológica da forma verbal - Verbos regulares e não regulares**

Constituição morfológica da forma verbal	Ocorrências /Total	% de concordância verbal	PR de presença de concordância verbal
B - Regulares	369/485	52	.32
M - Não regulares	197/378	76	.64
<b>Total</b>	<b>566/863</b>	<b>65</b>	

Fonte: Faria (2008, p. 88).

Na terceira categorização, foram verificadas nas formas verbais de pretérito perfeito as probabilidades de marcas de concordância padrão e não padrão na fala de Belo Horizonte. As marcas padrão são aquelas que se realizam sob a forma de ditongos nasais átonos [-ãw] como em *fizeram*, *leram*, *comeram*, enquanto as marcas não padrão realizam-se sob a forma de monotongo, nasal ou oral [-ũ ou -u], como em *fizeru*, *leru*, *comeru*.

**Tabela 4: Constituição morfológica da forma verbal - Marcas padrão e não padrão em verbos no pretérito perfeito**

Constituição morfológica da forma verbal	Ocorrências/	% de presença de
--	--------------	------------------

	<b>Total</b>	<b>concordância verbal</b>
∅ - não ocorrência de concordância verbal	58	21
\$ - ocorrência de marcas padrão	149	54
% - ocorrências de marcas não padrão	65	23
<b>Total</b>	<b>272</b>	

**Fonte: Faria (2008, p.89).**

Os dados da tabela nos mostram que as marcas padrão favorecem a ocorrência de concordância verbal, já que apresentou porcentagem de 54%. Por outro lado, as marcas não padrão e a ausência de concordância apresentaram resultados muito aproximados, sendo 23% e 21% respectivamente.

## **2.2 Comportamento da escolaridade na concordância de número nominal e verbal**

Partindo-se para a análise da variável *escolaridade*, em relação à CN de número Pinheiro (2012) observou que: quanto maior o nível de escolaridade menos cancelamentos de marcas formais de plural ocorrem. Isso pode ser explicado pelo fato de que, quanto mais escolaridade, mais contato com textos diferentes e novas experiências com a língua padrão ou culta o falante adquire.

**Tabela 5: Concordância nominal pela escolaridade**

<b>Escolaridade</b>	<b>Ocorrências/ Total</b>	<b>% de presença de concordância verbal</b>	<b>PR de presença de concordância verbal</b>
5 Ensino fundamental	540/1.764	30	.71
6 Ensino médio	224/1.461	15	.50
9 Ensino superior	17/956	1	.14
<b>Total</b>	<b>781/4.181</b>	<b>18</b>	

**Fonte: Pinheiro (2012, p.127).**

Na análise da CV, os dados de Faria (2008) mostram que o ensino superior é o grande favorecedor da concordância verbal em BH e que o comportamento do ensino fundamental e do ensino médio apresenta valores semelhantes<sup>4</sup> e, por isso, foram agrupados, como mostra a tabela a seguir:

<sup>4</sup> Para os resultados em separado, ver Faria (2008, p. 126).

**Tabela 6: Concordância verbal pela escolaridade**

<b>Escolaridade</b>	<b>Ocorrências/ Total</b>	<b>% de presença de concordância verbal</b>	<b>PR de presença de concordância verbal</b>
5 (6) Ensino fundamental e médio	472/759	62	.43
9 Ensino superior	94/104	90	.90
<b>Total</b>	<b>566/863</b>	<b>65</b>	

Fonte: Faria (2008, p.126).

Dessa forma, Faria (2008) conclui que o ensino superior é o grande favorecedor da CV em Belo Horizonte enquanto o ensino médio e o ensino fundamental não a favorecem, pois a forma padrão ocorre com grande frequência onde os níveis de escolarização são mais altos, ou seja, onde há maior sensibilidade e uma maior convivência das pessoas com as formas de prestígio.

### **3 CONCLUSÕES**

Para finalizar, a análise da *saliência fônica* permite concluir que esse princípio não se sustenta plenamente nem em relação à CN de número nem em relação à CV de terceira pessoa. Sobre a CN de número, Pinheiro (2012) mostrou que esse princípio é um tanto questionável, uma vez que seria necessário marcar o plural onde ele menos recebe marcas, ou seja, quando as formas são mais salientes tendem a ter menos cancelamento de marcas formais de plural que as menos salientes. O plural regular, que é a forma menos saliente, teve mais cancelamentos, enquanto os outros tipos de plural, que são formas mais salientes, não influenciaram no cancelamento de marca. Sendo assim, esses resultados têm mais a ver com o processamento paralelo e com a Lei do Menor Esforço do que com o Princípio da Saliência Fônica.

Sobre a CV de terceira pessoa, Faria (2008) também constatou o mesmo: o Princípio da Saliência Fônica não se sustenta, uma vez que nem sempre as formas mais salientes são preservadas. Assim, há um favorecimento da ocorrência de CV nos verbos com terminação acentuada e nos verbos no pretérito perfeito, respectivamente. Consequentemente, ocorre o mesmo com os verbos não regulares. Por último, foi constatado que as marcas padrão favorecem a ocorrência de CV. Essa é mais uma

evidência de que o Princípio da Saliência Fônica não se aplica, pois a constituição morfológica do verbo na forma padrão é mais saliente do que na forma não padrão.

Analisando a variável *escolaridade*, tanto Pinheiro (2012) quanto Faria (2008) concluíram que o ensino superior favorece o uso de marcas de CN e CV, ou seja, quanto maior o grau de instrução, mais utilizada é a forma padrão. Nem o ensino médio nem o fundamental favoreceram o cancelamento de marcas.

## REFERÊNCIAS

BARDEN, L. V. A Concordância Verbal da Terceira Pessoa do Plural na Fala de Porto Alegre. Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN. Brasília: [s.n.]. 2005. p.1145-1158. Disponível em: <<http://www.abralin.org/publicacao/abralin2005.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2007.

BRAGA, M. L.; SCHERRE, M. M. P. A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGUÍSTICA, 1, 1976, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: PUC, 1976. p. 464-77.

BORTONI-RICARDO, S. M. Nós Chegemu na Escola, e Agora? – Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola Editorial. 2005.

CUNHA, M. A. F. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. Revista Delta, São Paulo, v.17, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502001000100001>>. Acesso em: 17 jan. 2012.

FARIA, N. V. M. de. A concordância verbal no português de Belo Horizonte. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

GONÇALVES, V. F. A Ausência de Concordância Verbal no Vale do Rio Doce. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

GONZALEZ, C. A.; QUADROS, E. S.; SCHWINDT, L. C. S.; TOLEDO, E. E. A influência da variável escolaridade em fenômenos fonológicos variáveis: efeitos retroalimentadores da escrita. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – Revel. v. 5, n. 9, agosto de 2007. Disponível em: <[http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_9\\_a\\_influencia\\_da\\_variavel\\_escolaridade.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_9_a_influencia_da_variavel_escolaridade.pdf)> Acesso em: 12 Jan. 2008.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

LEMLE, M. & NARO, A. J. Competências Básicas do Português. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro (MOBRAL) e Fundação Ford. Rio de Janeiro, 1977.

LUCCHESI, Dante. A diversidade e a desigualdade linguística no Brasil. In: FARACO, Carlos Alberto. Português: um nome, muitas línguas. [S.I]: Salto Para o Futuro, Ano XVIII, Boletim 08, TV Escola. Maio de 2008. Disponível em: <[http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164032Port\\_ling.pdf](http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164032Port_ling.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2012.

NARO, A. J. & SCHERRE, M. M. P. Mudança sem Mudança: A Concordância de Número no Português Brasileiro. Texto apresentado no XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (APL). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2004.

NICOLAU, E. M. D. A Ausência de Concordância Verbal em Português: Uma Abordagem Sociolinguística. 1984. 166f. Dissertação (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1984.

PAIVA, Maria. C.; SILVA, Gilvan. M. O. A visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, Gilvan. M. O.; SCHERRE, Maria. M. P. Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p. 335-378.

PEIXOTO, M. E. Germil – Notas etnográficas e linguagem. 1968. Dissertação (Mestrado em Filologia Românica) Universidade de Lisboa, Lisboa, 1968.

PINHEIRO, L. R. A concordância nominal no português de Belo Horizonte. 2012. 165f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Reanálise da concordância nominal em português. 1988. 554f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

SILVA PEREIRA, M. P. da. Fafe - Contribuições para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do Concelho. Revista Portuguesa de Filologia. Casa do castelo: Editora Coimbra, vol. IV. 1951.

SILVEIRA, S. da. Lições de Português. 7. Ed., Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1964.

Enviado para publicação em setembro de 2013

Publicado em abril de 2014

